

A revisão constitucional e a saúde

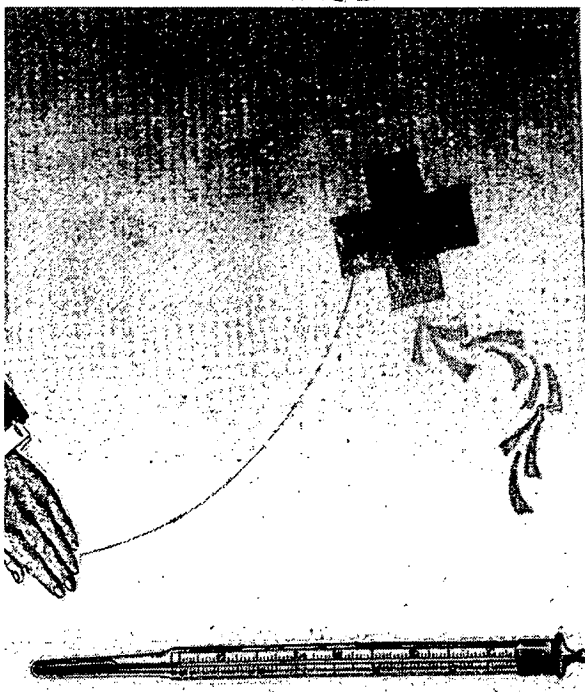
João Claudio Todorov
CORREIO BRAZILIENSE

1 JUN 1995

Alguns dias antes das eleições presidenciais do ano passado, o número 43 da revista "Saúde em Debate" — publicação oficial do Centro Brasileiro de Estudos (Cebes) — trouxe estampados os programas de saúde das principais candidaturas à Presidência da República. Entre as páginas 29 e 32 da referida edição, consta a plataforma sanitária apresentada pelo então candidato Fernando Henrique Cardoso.

Neste documento histórico, o atual presidente da República assumiu "o compromisso de criar as condições necessárias para a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), removendo os obstáculos que têm prejudicado o seu desenvolvimento". Continuando, o documento afirma: "Isto significa reiterar fidelidade aos mandamentos constitucionais da saúde como integrante da Seguridade Social; da saúde como direito de todos e dever do Estado; da relevância pública das ações e dos serviços de saúde". Outros pontos importantes e que se relacionam com a efetiva implantação do SUS, também são claramente reiterados, tais como a consolidação dos princípios organizativos do Sistema, o atendimento integral ao paciente e a descentralização administrativa por intermédio da municipalização da saúde, "de acordo com a determinação legal que atribui aos municípios a competência para gerir e executar os serviços de saúde".

Estamos entrando hoje no sexto mês de mandato do novo governo e o Ministério da Saúde ainda não explicitou convenientemente à sociedade brasileira um programa de ação para o setor. O espaço dedicado à saúde pela imprensa nacional,



nestes primeiros meses de gestão, trata quase que exclusivamente do pagamento aos hospitais com as chamadas AIHs (Autorizações de Internações Hospitalares). Premido pelas circunstâncias, o Ministério da Saúde vem privilegiando desproporcionalmente a doença em detrimento da saúde, o tratamento em lugar da prevenção. Embora considerando-se a óbvia necessidade de atenção ao setor curativo-reparador, esta constatação preocupa.

O Congresso Nacional conta hoje com aproximadamente 90 parlamentares ligados ao setor privado médico-hospitalar; uma legião que se equipara, portanto, à inquieta bancada ruralista. Como a agenda sanitária têm sido dramaticamente reduzida ao enfoque médico-assistencial, como já foi dito, o empresário do setor mostra-se satisfeito com o encaminhamento das coisas, e seus representantes no Congresso tratam de tirar proveito da situação. Uma prova disso é a tentativa de descaracterização da Seguridade Social mediante a Revi-

são Constitucional e que atinge em cheio a saúde, possibilitando a abertura de restrições à universalidade de atendimento e à gratuidade do SUS.

O texto constitucional brasileiro no que diz respeito à saúde, assim como sua regulamentação complementar explicitada pela nossa Lei Orgânica da Saúde são considerados internacionalmente como dos mais avançados do planeta. Trata-se, portanto, de cumprir na prática concreta o que efetivamente a lei determina, e não de modificá-la.

O governo deve urgentemente explicitar para a sociedade brasileira seu posicionamento com relação ao setor saúde. Sendo a saúde um problema que implica questões que vão

muito além dos restritos limites médico-assistenciais, é aconselhável que o Ministério da Saúde procure interação e parceria com as demais áreas afins, como a educação, a agricultura, o meio ambiente... No que se refere ao setor educacional, as universidades públicas estão aptas e prontas para cumprir seu papel; basta o governo se dispor a discutir com elas as regras do jogo e distribuir as cartas.

Neste sentido, a Universidade de Brasília tem procurado cumprir seu papel: nosso Hospital Unversitário integra a rede do SUS, e o programa Prouni — com a participação de professores e alunos — está intimamente relacionado com as ações ora em desenvolvimento na Regional Norte de Saúde do DF. Resta ao governo dar condições materiais efetivas a instituições públicas com credibilidade popular como a UnB, para que todo este esforço deságüe em melhores condições de vida e de cidadania para nossa sofrida população.

João Claudio Todorov é reitor da Universidade de Brasília